

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PROCESSO ESPECIAL DE DIVISÃO DE COISA COMUM	
1. ENQUADRAMENTO DE DIREITO SUBSTANTIVO	9
1.1. A compropriedade e a divisão	9
1.2. Compropriedade, herança jacente e herança indivisa	13
1.3. Bens comuns do casal e bens adquiridos em compropriedade	18
1.4. Prédio urbano e prédio rústico	20
1.5. Indivisibilidade natural	27
1.6. Indivisibilidade convencional	28
1.7. Indivisibilidade legal	29
1.8. Fracionamento de prédios rústicos	33
1.9. O loteamento	45
1.10. O regime excepcional das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal	54
1.11. A constituição da propriedade horizontal	59
1.12. A usucapião	64
2. QUESTÕES DE ÍNDOLE PROCESSUAL	77
2.1. Valor da ação	77
2.2. Registo da ação	78
2.3. Tribunal competente	79
2.4. Legitimidade	81
2.5. Desistência do pedido e da instância	83
2.6. Causa prejudicial	85
2.7. Ineptidão da petição inicial	87
2.8. Erro na forma de processo	89
2.9. Transação e uso anormal do processo	91
2.10. Penhora e divisão de coisa comum	94

3. TRAMITAÇÃO DA ACCÇÃO	97
3.1. Tramitação no caso de divisibilidade material	98
3.1.1. Petição inicial	98
3.1.2. Citação	101
3.1.3. Contestação	101
3.1.3.1. Decisão segundo o modelo incidental	102
3.1.3.2. Decisão segundo o modelo de processo comum	104
3.1.4. Revelia operante	105
3.1.5. Revelia inoperante	105
3.1.6. Admissibilidade de reconvenção	105
3.1.7. Fase de fixação de quinhões	110
3.1.8. Fase da conferência de interessados	113
3.2. Tramitação no caso de indivisibilidade material	114
3.2.1. Petição inicial	115
3.2.2. Citação	115
3.2.3. Contestação	115
3.2.4. Revelia	115
3.2.5. Termos subsequentes da fase declarativa	115
3.2.5.1. Havendo contestação ou revelia inoperante	115
3.2.5.2. Em caso de revelia operante	116
3.2.5.3. Conferência de interessados	117
3.2.5.4. Fase da venda	118
3.3. Direito de preferência do consorte	119
3.4. Inexistência do direito de remição	121
3.5. Direito de preferência do arrendatário	122
3.6. A sentença como título executivo	126

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

4. DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS	131
4.1. Cônjuge	137
4.2. Administrador do condomínio	141
4.3. Cabeça de casal	145
4.4. Mandatário	149
4.5. Depósito bancário	151
5. LEGITIMIDADE	153
6. PRESCRIÇÃO	157
7. VALOR DA ACCÇÃO	159
8. TRIBUNAL COMPETENTE	161
9. ERRO NA FORMA DO PROCESSO	165

10. TRAMITAÇÃO	169
10.1. Petição inicial	169
10.2. Citação	170
10.2.1. O Réu nada faz	170
10.2.2. O Réu apresenta as contas	181
10.2.3. O Réu contesta a obrigação de prestar contas	184
10.3. Admissibilidade de reconvenção	188
10.5. Sentença	193
 BIBLIOGRAFIA	 197

